



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 04 DE 2 JULHO DE 2024.

3 Ao quarto (04º) dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro (2024), às oito horas e dez minutos (8h10), iniciou-se a
4 décima primeira (11ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada
5 presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 – Centro – Franca-SP. A reunião foi
6 coordenada pelo Presidente, Eder Furtado Ribeiro. Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiros(as), sendo sete
7 (07) da Sociedade Civil e seis (06) do Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** José dos Reis
8 Marcelino Silva, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Marcia Tomie Nakao, Michelle
9 Cristina da Silva Mariano, Eder Furtado Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Sônia Maria de Andrade Souza e Teresinha
10 Vicentina Silva Goulart. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Udeni Alves de Oliveira, Denize Benez Ornellas
11 Graciano e Mariana Prado Andrade. **Conselheiros(as) Suplentes:** Aline Lima da Silva. **Pela Secretaria-Executiva do**
12 **CMAS estiveram presentes:** Maria Amélia Facirolí Vergara, Secretária Executiva e a estagiária, Luiza Pasquarelli. A
13 pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – ORDEM DO DIA: – Chamada e Verificação de quórum; –
14 Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2 – Deliberação sobre a ata da 10ª Reunião Ordinária
15 (06.06) e da 8ª Reunião Extraordinária do CMAS (13.06) 3 – Aprovação da pauta. 4 – ASSUNTOS: 4.1 – Devolutiva
16 e Avaliação sobre a Capacitação do Professor Carlos Ferrari (20.06 – 8h às 12h) – Orientações sobre o exercício dos
17 Conselheiros do CMAS no Processo de Inscrição de Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como de
18 serviços, programas e projetos socioassistenciais 4.2 – Devolutiva sobre participação do Presidente Eder – Seminário
19 Intersetorial – DRADS e DRS – ocorrido em 27 de junho de 2024 4.3 – Apresentação da Proposta de LDO/2025 da
20 Assistência Social para deliberação do colegiado e definição de representantes do CMAS para participar da
21 Audiência Pública LDO 2025 – dia 10 de julho, 18h Secretaria de Educação/Audiência Eletrônica LDO 2025 – até
22 14 de julho 4.4 – Devolutiva da Reunião Comissão de Controle Social do PBF ocorrida em 13.06 5 – INFORMES:
23 5.1 – Preenchimento do Parecer do CMAS no PMAS – Correção no Bloco Prestação de Contas 5.2 – Publicação de
24 Chamamento Público para o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas
25 Famílias – Centro dia – Região Sul 5.3 – Publicação da Classificação Final do Chamamento Público da Gestão
26 Compartilhada do Cadastro Único 5.4 – Comprovante de transferência de recurso de emenda para a OSC – Lar de
27 Idosos Euripedes Barsanulfo 5.5 – Publicação de Novas Portarias de Nomeação (221.2024 e 222.2024) em
28 substituição de conselheiros(as) 5.6 – Tabela atualizada das Microrregiões e Regiões – SUAS de Franca 5.7 –
29 Devolutiva de conselheiros sobre a Participação no Evento – Encontro Regional de Luta Antirracista – 15.06
30 (RECONDUZIDO PARA PRÓXIMA REUNIÃO) 5.8 – Lembrete Reunião Extraordinária do CMAS – dia 04.07 –
31 10h – Secretaria de Ação Social 5.9 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os). O Presidente, Eder,
32 iniciou a reunião cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do
33 quórum do CMAS e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de doze (12)
34 conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa:
35 Luciana Braga da Silva, Elcio Bento Teodoro, Marina Borges de Araújo, Daniela Junqueira Palhares, Katscilene
36 Barsanulfa Tavares de Oliveira, Lais Helena Garcia Silva, Roberta Pucci de Melo, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Aline
37 Tatiane Silva de Assis, Christiane Hakime de Souza, Fernanda Peixoto Cintra Meneghetti, Adriana Aparecida Salviano

38 Martins, Marina Célia Scarabuci de Almeida, Susana Mendes de Carvalho, Vanda Maria Pires Rodrigues e Leandro
39 Ferreira. Com o quórum necessário de leitura antecipada das Atas da 10ª Reunião Ordinária (06/06/24) e 08ª Reunião
40 Extraordinária (13/06/24), o colegiado deliberou pela aprovação das mesmas, com alteração na ata da Reunião
41 Extraordinária, corrigindo apenas uma palavra na linha 43. Dando sequência passou-se à discussão sobre os assuntos
42 constantes na pauta, iniciando-se pelo item: **4 – ASSUNTOS: 4.1 – Devolutiva e Avaliação sobre a Capacitação do**
43 **Professor Carlos Ferrari (20.06 – 8h às 12h) – Orientações sobre o exercício dos Conselheiros do CMAS no Processo**
44 **de Inscrição de Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas e projetos**
45 **socioassistenciais.** Maria Amélia iniciou pontuando a importância de avaliar a Capacitação e salientou que elaborou
46 alguns slides com as principais considerações e destaques, na sua percepção. Assim, iniciou a apresentação de slides, o
47 qual demonstra os principais pontos da capacitação, bem como, as sugestões que foram elaboradas em grupo, durante a
48 capacitação. Dentre os destaques, pontuou sobre as considerações trazidas na capacitação acerca do processo de análise
49 de inscrição, como a importância de observar se a organização está garantindo ao menos uma das seguranças afiançadas;
50 se os serviços são continuados, permanentes ou planejados, que é uma premissa para a inscrição da entidade; também
51 deve-se observar se a entidade garante a intersetorialidade e referenciamento; a entidade precisa garantir a participação
52 de todos os envolvidos, principalmente dos usuários; é necessário verificar se é garantida a gratuidade de 100% para
53 participação do serviço; outro aspecto a ser observado é a previsão do monitoramento e avaliação das ações, o resultado
54 e os impactos causados; se os planos têm consistência teórica e propósito abrangente, compreensão da política de
55 assistência social. Ressaltou sobre a fala do professor Ferrari, a qual ele diz que o conselho não é “carimbador” para
56 recebimento de recursos. Sobre a dinâmica realizada na capacitação, foram pontuadas as principais sugestões de cada
57 grupo, sendo elas: a fiscalização conjunta das OSCs pelo COMUPI e CMAS; rever as normatizações sobre inscrição de
58 Entidades, sistematizando os critérios por meio de parâmetros mais transparentes e definidos, especialmente no que se
59 refere às inscrições de Programas e Projetos, e das entidades de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos –
60 ADGD; ser mais transparente no processo de Inscrição e debate com a sociedade civil; realizar campanhas educativas de
61 divulgação do CMAS e do processo de Inscrição de Entidades, por meio de tutoriais, cartilhas, etc.; realizar o Processo
62 de Inscrição das OSCs, de forma online, informatizando; elaborar instrumentais para facilitar a análise das inscrições;
63 divulgar os critérios de inscrição para toda a rede, em formato de fácil compreensão e acesso (cartilha); buscar
64 estratégias de diálogo entre as diversas OSCs, Câmara municipal, trabalhadores, usuários, dirigentes, outras políticas,
65 etc; elaborar o Plano de Educação Permanente e realizar formação continuada de conselheiros com definição de
66 calendário; realizar parceria com a Entidade de Assessoramento, para realizar as capacitações; realizar reuniões
67 descentralizadas do Conselho nas OSCs; elaborar cartilha e normatizar as Emendas municipais; fomentar o
68 protagonismo dos usuários e trabalhadores; maior proximidade do CMAS nos territórios; fazer um mapeamento de OSCs
69 que estão buscando o conselho; e, por fim, foi sugerida uma estratégia no sentido de conceder a inscrição, mediante
70 Plano de Providências ou Proposta de reordenamento, com prazos definidos, adequações a serem realizadas constando na
71 própria Resolução de deferimento. Maria Amélia trouxe uma fala importante de Ferrari, que diz que “*A Política de*
72 *Assistência Social tem um forte impacto social, mas nem tudo que tem impacto social é da política de assistência*
73 *social.*” A secretária-executiva, elogiou a forma como o Professor Ferrari conduziu a capacitação, de forma interessante
74 e de fácil compreensão, também elogiou a capacitação realizada no período da tarde. Assim a palavra foi passada para os

75 conselheiros, para considerações e análises. O presidente Eder complementou que foi um evento muito positivo para ele,
76 que a maneira com que o professor Ferrari falou e transmitiu os pontos necessários foi muito bom, destacou que é
77 necessário saber diferenciar o que é o trabalho e a política de assistência social, os impactos que causam, mas também
78 saber comunicar isso para as pessoas. Outro ponto destacado por Eder foi a autonomia do conselho, é algo que precisa
79 saber utilizar. A conselheira Viviane refletiu sobre a necessidade de uma maior aproximação do Conselho com as OSCs,
80 tanto inscritas quanto aquelas que buscam inscrição, destacando que *“somos parceiros e não devemos estar em lados*
81 *opostos”*. Essa aproximação é necessária, até mesmo para aprimorar a rede. Alguns conselheiros pontuaram a
82 importância deste momento inicial, que foi específico para o colegiado e que agora é possível realizar esses momentos
83 com as OSCs, após a capacitação. Viviane se disponibilizou em organizar esse momento, junto com os representantes de
84 entidades, uma vez que representam as organizações. Por fim, falou que a capacitação foi muito boa, que deveria ser
85 permanente e não pontual como foi, de forma com que os interessados também participem. Muitos conselheiros
86 destacaram a importância da Formação Continuada dos conselheiros, devendo ser estabelecido um calendário. Michele
87 salientou que a capacitação trouxe uma maior tranquilidade e segurança para o Conselho e a reafirmação de que estamos
88 no caminho certo. Finalizado o primeiro assunto, passou ao item **4.2 – Devolutiva sobre participação do Presidente**
89 **Eder – Seminário Intersetorial – DRADS e DRS – ocorrido em 27 de junho de 2024**. O presidente Eder explicou que
90 se tratava de um seminário, promovido pelo governo do estado por meio da DRADS e Vigilância Sanitária do Estado,
91 sobre o acompanhamento e fiscalização dos serviços de acolhimento de pessoas idosas. O convite foi feito para
92 participação da mesa 1, que teve como tema *“O panorama regional dos serviços de acolhimento institucional para a*
93 *pessoa idosa e a necessidade do cofinanciamento híbrido”*. Éder relatou que a DRADS apresentou o panorama regional
94 e verificou-se que tem idosos que moram em um município e são acolhidos em outra cidade distante, o que é
95 preocupante. Sobre a necessidade de cofinanciamento híbrido, a fala foi dividida entre Eder e a gestora Gislaíne, sendo
96 apresentado como está sendo o funcionamento do serviço no município de Franca e também sobre como está sendo feita
97 a distribuição do financiamento. Outro ponto destacado foi a importância da política de saúde compor esse
98 financiamento e a execução do serviço. O presidente pontuou que Franca ainda tem alguns entraves, mas já avançou
99 bastante, porém é nítido que outros municípios ainda enfrentam grandes dificuldades e assim, muitos solicitaram uma
100 visita para conhecer os caminhos percorridos por Franca. Na mesa 2, foi falado sobre a qualificação dos serviços de
101 acolhimento institucional para a pessoa idosa e a responsabilidade compartilhada, onde foram apresentadas as
102 explicações técnicas da representante da Vigilância Sanitária. O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Morro Agudo,
103 também realizou uma apresentação sobre o papel do conselho do idoso junto às ILPIs. Por fim, Eder achou o evento
104 muito positivo, foi um momento de reafirmar para o Estado as pautas que estão sempre sendo discutidas, também foi
105 possível verificar que Franca está tendo uma boa condução nos serviços, e que apesar das dificuldades, muitas já foram
106 superadas enquanto muitos municípios ainda sofrem com elas. A conselheira Jandira ressaltou também a fala da
107 representante da saúde sobre o que cabe a saúde fiscalizar junto às ILPIs. Relatou que a Vigilância da Saúde não
108 diferencia as instituições de acolhimento ao idoso gratuitas, que são da Política de Assistência Social, das clínicas
109 particulares de atendimento ao idoso. Assim sendo, as exigências são as mesmas, em vários quesitos, e isso é um fator de
110 grande dificuldade, pois as ILPIs precisam seguir também o que está previsto nas RDCs, inclusive em relação as equipes
111 de profissionais da saúde. Jandira pontuou que houve um grande avanço no município, com o cofinanciamento híbrido,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

garantindo a manutenção das equipes de profissionais da saúde, inclusive um dos motivos de ter conseguido esse cofinanciamento foram as queixas das OSCs executoras de ILPIs, pois não é permitido o pagamento de profissionais de saúde com o recurso do fundo da assistência social. Jandira e Eder destacaram outras situações específicas, que ainda é uma lacuna, uma vez que não existem serviços específicos em nenhuma política pública, que é o caso de pessoas em cuidados paliativos, que necessitam de atendimentos de saúde e a família ou uma ILPI não tem condições de assumir. Jandira pontuou que esse serviço não cabe à Política de Assistência Social e, na sua opinião, a Política de Saúde precisa rever e criar serviços específicos para esse atendimento. Eder relatou também que tem ocorrido situações em que um serviço da região, de atendimento da saúde para pessoas em recuperação, tem exigido a garantia de vaga para esse idoso nas instituições de acolhimento, quando o mesmo tiver alta, e essa é uma situação que não faz nenhum sentido, pois a pessoa está deixando de ser atendida, e seu direito à saúde está sendo violado. Então são muitos pontos que ainda precisam ser debatidos e alinhados. Ao final, relataram que foi criado um grupo de estudos e debates entre os municípios, Drads e Vigilância, no qual o conselheiro José Reis se dispôs em compor. Finalizada a devolutiva, passou-se ao item **4.3 – Apresentação da Proposta de LDO/2025 da Assistência Social para deliberação do colegiado e definição de representantes do CMAS para participar da Audiência Pública LDO 2025 – dia 10 de julho, 18h Secretaria de Educação/Audiência Eletrônica LDO 2025 – até 14 de julho**. A servidora Sandra foi convidada a apresentar a proposta da LDO/2025, sendo assim, compartilhou com o colegiado alguns slides com as informações das propostas. Iniciou o assunto explicando que foi autorizado, pela Secretaria de Finanças, o percentual de 5% de reajuste, porém esta é apenas uma estimativa, pois, nos contratos de parceria das Organizações da Sociedade Civil, está estabelecido o índice do IPC – FIPE de outubro. Já com relação aos Programas de Transferência de Rendas municipais, como o Auxílio Aluguel, Auxílio-natalidade, e outros, os índices são baseados na unidade fiscal do município – UFMF, o qual o reajuste é feito no dia 1 de janeiro, então o reajuste pode ser outro. Jandira ressaltou que, ainda que tenha essa previsão, pode ser que o índice seja menor, em torno de 4%. Salientou também que são apenas propostas, não se tem certeza do que será aprovado. Assim, Sandra foi apresentando as metas e valores propostos para 2025, referente aos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social para os serviços, programas, benefícios e atividades dos conselhos. Jandira mencionou sobre a situação do traslado de corpos, que foi necessário utilizar os recursos de “Amparo Social” da Assistência Social e Sandra explicou que a partir de agora a saúde irá assumir e será feito um credenciamento com as funerárias para realizar também esse traslado. Além da previsão do índice de reajuste de 5% para todos os serviços, programas e benefícios também foram previstas ampliações de metas e vagas de programas e serviços, sendo: a ampliação da meta do Programa Família de Origem de 120 para 140 pessoas atendidas; ampliação da meta do Programa Moradia Primeiro de 110 para 150; a expansão de vagas no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de crianças e adolescentes de 760 para 850; no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de idosos serão ampliadas de 525 para 555 vagas; no serviço de Proteção Social Básica para Pessoas no domicílio, ampliação de 320 para 425; no Serviço de Média Complexidade em Centro Dia para Idosos, está previsto a ampliação de mais 30 vagas, para a região sul, que será implantada ainda este ano; e, por fim, na Proteção Social Especial, a proposta é ampliar duas vagas no Serviço de Acolhimento de Mulheres, passando de 05 para 07 mulheres a serem acolhidas. Finalizada a apresentação o colegiado aprovou a Proposta da LDO 2025, na sua íntegra, e reafirmou a importância de participar da Audiência Pública da LDO 2025, visando garantir essa proposta da Gestão. Jandira salientou que no Plano Municipal de

149 Assistência Social, que está sendo elaborado, está prevista a recomendação de garantir o percentual mínimo do
150 Orçamento municipal para a Assistência Social, que é aplicado atualmente, de 5,82%. O colegiado também sugeriu fazer
151 essa defesa na Audiência Pública. Ainda com relação à Audiência Pública, também ficou acordado, a elaboração de um
152 documento conjunto para que todos contribuam, que será inserido no sistema on line, como proposta do CMAS para a
153 LDO-2025. O documento será aberto em google forms e socializado no grupo de whatsapp para contribuições. Neste
154 documento também poderá constar a recomendação aos vereadores para que observem a lista de entidades inscritas no
155 CMAS, executoras de serviços socioassistenciais, ao indicarem as emendas impositivas para serem alocadas no Fundo
156 Municipal de Assistência Social. Por fim, os conselheiros Eder, Viviane, Jandira e Aline Lima, se dispuseram em
157 participar da Audiência Pública da LDO 2025. **4.4 – Devolutiva da Reunião Comissão de Controle Social do PBF**
158 ***ocorrida em 13.06.*** A palavra foi passada para a Conselheira Márcia, coordenadora da Comissão, que fez a leitura e
159 apresentação da memória da referida reunião. Destacou-se que a reunião da comissão contou com a presença da Gestora
160 do Programa Bolsa Família da área da Saúde, senhora Hezilmara e da Gestora do Cadastro Único, Lidiane. Um dos
161 entraves principais ainda tem sido a garantia do estagiário administrativo para a Saúde e que, apesar dos esforços da
162 Secretaria de Ação Social, o mesmo ainda não havia sido encaminhado até a data da reunião. Jandira disse que
163 verificaria essa situação, pois, tinha a informação de que já estaria superada essa questão. Márcia informou também, que
164 a conselheira Luciana havia informado que não tinha divulgação nas UBS de que o prazo para cumprir as
165 condicionalidades da saúde finalizaria, e em conversa com a Hezilmara, essa situação foi apresentada, que fez contato
166 com as Diretoras e as UBS passaram a divulgar. Finalizando também este assunto, e, considerando o adiantado da hora e
167 a previsão de uma reunião extraordinária logo em seguida, o colegiado definiu que os informes não seriam apresentados
168 na reunião, uma vez que foram enviados todos os documentos pertinentes aos conselheiros. Ficou definido também, que
169 caso houvesse alguma dúvida sobre algum informe, que fosse questionado na próxima reunião. Apenas o informe **5.7 –**
170 ***Devolutiva de conselheiros sobre a Participação no Evento – Encontro Regional de Luta Antirracista – 15.06*** foi
171 reconduzido, visto que a conselheira Viviane vai relatar como foi o Encontro Regional de Luta Antirracista. Nada
172 havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e quinze minutos (10h15), tendo sido gravada para consulta dos
173 conselheiros que solicitarem. Eu, Luiza Pasquarelli, estagiária administrativa, lavrei a presente ata, que foi revisada pela
174 Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Facioli Vergara, a qual, uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será
175 anexada a lista de presença.

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

LDO 2025 SEDAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - RECURSOS PRÓPRIOS				
INDICADORES	META 2024	VALOR 2024	META 2025	PROPOSTA 2025
PESSOAS ATENDIDAS NO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLEDORA	30	467.000,00	30	R\$ 490.000,00
PROGRAMA DE PROTEÇÃO ATENÇÃO A CRIANÇA/AD PCD E IDOSOS/FAMÍLIA DE ORIGEM	120	2.000.000,00	140	R\$2.392.185,60
RENDAMÍNIMA	1300	3.800.160,00	1300	R\$3.920.000,00
AMPARO SOCIAL	100%	20.000,00	100%	R\$20.000,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1292	3.200.000,00	1500	R\$5.000.000,00
OXIGENOTERAPIA	125	150.000,00	125	R\$ 150.000,00
ATIVIDADES DO CMAS	7	15.000,00	8	R\$ 45.000,00
ATIVIDADES DO CONDECON	8	15.000,00	8	R\$ 15.000,00
ATIVIDADES CONSELHO DA CONDIÇÃO FEMININA	7	15.000,00	7	R\$ 15.000,00
CONSELHO DA SEGURANÇAALIMENTAR	100%	R\$ 15.000,00	100%	R\$ 15.000,00
TRANSFERÊNCIAAS ENTIDADES QUE EXECUTAM OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	100%	R\$ 39. 963192,00	100%	R\$ 45.539.460,13
PROGRAMA MORADIA PRIMEIRO	110	R\$ 643.200,00	150	R\$ 904.608,00

PRINCIPAIS AÇÕES 2024

- Previsão do índice de reajuste de 5% para todos os serviços , programas e benefícios conforme orientação da Secretaria de Finanças;
- Ampliar a meta do Programa Família de Origem de 120 para 140 pessoas atendidas;
- Ampliar a meta do Programa Moradia Primeiro de 110 para 150

Previsão de expansão de metas dos Serviços Cofinanciados

Ampliação de Vagas

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e jovens, adultos e idosos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio ;
- Centro Dia – Região Sul;
- Ampliação de vagas Serviço de Acolhimento para mulheres em situação de violência

SERVIÇO	META 2021	META 2022	META 2023	META 2024	META 2025
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos p/ Crianças, Adolescentes	650/727*	727	740	760	850
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adultos e Idosos	200	200	525	525	555
Serviço de Proteção Social Básica – Domicílio	210	210	320	320	425

218

219

220

221

222

223

224

225

SERVIÇO	META 2021	META 2022	META 2023	META 2024	META 2025
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE					
Serviço de Proteção Social Especial p/ atendimento no domicílio	70	70	160	160	160
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência unidades referenciadas *	420	420	180	180	180
Serviço de Proteção Social Especial - Centro Dia /IDOSOS	128	128	120	120	150
Serviço de Proteção Social Especial - Centro Dia /deficientes	67	67	120	120	120
Serviço Especializado de Atendimento à adolescentes em cumprimento de MSE/LA	80	80	80	60	60
Serviço especializado Abordagem Social			150	169	169

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

SERVIÇO	META 2021	META 2022	META 2023	META 2024	META 2025
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE					
Serviço de Acolhimento Institucional Residência Inclusiva	36	48	48	48	48
Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência	5	5	5	5	7
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	23	23	23	30	30
Serviço de Acolhimento República	12	12	12	10	10
Serviço de Acolhimento Institucional para crianças Adolescentes- Abrigo Institucional	20/18	18	40/20	20	20
Serviço de Acolhimento Institucional para crianças Adolescentes- Casas Lares	72/54	54	54/20	20	20
Serviço de Acolhimento para Idosos Abrigo Institucional ILPI	300	300/ 288	288	298	298
Serviço de Acolhimento para Idosos Casa Lar	-		30/34	34	34
Serviço de Acolhimento Noturno e Unidade Dia Pop. Rua	40	130	130	130	130
Serviço de Acolhimento Institucional Abrigo Institucional e Casa de Passagens	48/40	60	60	65	65

238

239

240

241

242

243

244

245

246

SERVIÇO	META 2021	META 2022	META 2023	META 2024	META 2025
PROGRAMAS					
Programa de Atendimento, Proteção e Defesa às Pessoas em Razão de Violência de Gênero, de Orientação Sexual e de Raça: “Núcleo Reconhecer”.	-	100	100	100	100
Programa de Proteção Social Assistida às Crianças, Adolescentes, Jovens e suas Famílias	-	-	50	50	50